

## Nessa “Ágora Digital”: história e opinião pública, interpretações do passado e desafios da democracia no Brasil contemporâneo

Luiza de Souza e Silva<sup>1</sup>

Marcela Valente<sup>2</sup>

Raphael Barbosa de Freitas<sup>3</sup>

(Orientador: Prof. Fábio Luiz Rigueira Simão<sup>4</sup>)

**Resumo:** Este trabalho procura compreender a produção da opinião e da história públicas nas redes sociais contemporâneas, espaço que denominamos “Ágora Digital”. A ideia é discutir temas sociais trazidos por diversos atores para este ambiente virtual que, embora tenha permitido interação e produção de conteúdos diversos, contribui também para obscurecer debates, disseminar discursos de ódio e interpretações equivocadas. Buscamos, nas mais diversas plataformas digitais, as diferentes percepções sobre a história do Brasil e como elas representam e podem impactar, em um contexto democrático, as minorias sociais.

**Palavras Chave:** História Pública, Democracia, Sociedade, Mídias Sociais.

**Abstract:** This work aims to understand the production of the public opinion and history in contemporary social networks, the cyberplace we call “Digital Agora”. The idea is to discuss social issues brought up by different actors to this virtual environment which, although it has allowed interaction and production of diverse content, it also contributes to obscuring debates, disseminating hate speech and misinterpretations. Through many digital platforms, we searched for the different perceptions about the history of Brazil and how they represent and can impact social minorities in a democratic context.

**Keywords:** Public History, Democracy, Society, Social Media.

### Introdução

A Grécia Antiga é comumente associada ao berço da democracia. Os gregos, além de fundarem as primeiras cidades-Estados do mundo ocidental, foram os pioneiros no desenvolvimento e aperfeiçoamento do conhecimento filosófico e do regime democrático. No auge de sua experiência ateniense, a democracia tinha três princípios básicos: a isegoria, a isonomia e a isocracia – o direito à palavra, à participação política e à igualdade perante a lei. Os homens nascidos em Atenas e filhos de pais atenienses tinham direitos políticos. Mulheres, escravos e estrangeiros eram excluídos. Os cidadãos debatiam e aprovavam suas leis na Ágora, local de discussão e reflexão sobre os assuntos políticos da cidade e temas da vida pública.

---

<sup>1</sup> Aluna da 3ª série do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (CAp-COLUNI-UFV)

<sup>2</sup> Aluna da 3ª série do CAp-COLUNI-UFV.

<sup>3</sup> Aluno da 3ª série do CAp-COLUNI-UFV.

<sup>4</sup> Orientador, Licenciado em História pela UFV, mestre e doutor em História pela UFJF. Atua como professor de História no CAp-COLUNI-UFV.

O vocábulo *ágora*, em grego *ἀγορά*, quer dizer “assembleia”, “lugar de reunião”, o espaço onde se discutem assuntos que servem ao público, e, mais tarde, algo que as democracias modernas adaptaram. Nações maiores adotaram esse sistema congregando diversas regiões. Embora tenham se tornado mais inclusivas, abolindo a escravidão e incluído mulheres e estrangeiros nacionalizados, as democracias modernas desenvolveram uma espécie nova de cidadão: um cidadão privado – aquele que cuida de seus interesses pessoais, mas participa da vida pública por meio do voto e do debate. Diferentemente da democracia grega, que se fundamentava em um regime direto, em que os cidadãos iam à *Ágora* debater as questões políticas da cidade, as democracias modernas são representativas. Nelas temos a figura do representante, um profissional da política que simboliza os cidadãos privados.

Nessas democracias, o jornalismo se tornou protagonista. Desde o século XVIII, havia um local nas Assembleias reservado à observação de repórteres que anotavam as discussões dos legisladores e as publicavam em seus jornais, foi a partir desse momento, inclusive, que surgiu a expressão “quarto poder”. Mais tarde, o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e meios de transporte permitiram que os jornais fossem lidos por milhares de pessoas. Hoje, além disso, as mídias sociais e os smartphones permitem que cidadãos e cidadãs privados produzam e divulguem conteúdos políticos e sociais que influenciam pessoas em todos os lugares.

Com esse novo poder, os ideais disseminados movimentam a “*Ágora digital*”, esse espaço cibernético onde pessoas expressam e divulgam fatos e opiniões com alto alcance e em frações de segundos, veiculando reflexões saudáveis e coerentes, mas também discursos de ódio e fake news. Nossa proposta neste trabalho, portanto, é estudar esse fenômeno da comunicação atual através das diferentes interpretações do passado, do contraste de perspectivas, e da forma como isso influencia a democracia no Brasil contemporâneo.

A *ágora digital* abre as portas do mundo público a todos que podem criar conteúdo. Ao falarem, discutirem e escutarem, pessoas comuns podem colocar suas ideias e pretender a autoridade de falar sobre assuntos mais ou menos delicados. No entanto, apesar de o espaço cibernético permitir uma rica troca de conhecimento e experiência, também pode criar ideias e comportamentos destrutivos e perigosos. O caminho do conflito, mesmo que aparentemente harmonioso, pode gerar polarizações a partir de “verdades” que interessam a uns e agridem outros.

Assim, nosso trabalho se inicia com uma breve reflexão sobre história pública e memória e, em seguida, apresentamos conclusões e discussões sobre o momento empírico da pesquisa, que, a propósito, foi desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica do CAP-Coluni da Universidade Federal de Viçosa, com apoio parcial do CNPq através do Edital PIBIC EM 2021-2022. O que apresentamos a seguir é um recorte do estudo dividido em três categorias: gênero, raça e desigualdade. Buscamos canais de comunicação e informação (*Instagram, Youtube, Twitter, infojornais e semelhantes*) para abordar os temas em gêneros livres, entrevistas, matérias e discussões independentes.

### **História Pública e memória: ponderações e desafios**

A História Pública começa como um ramo de trabalho e produção intelectual nos Estados Unidos nos anos 1970, abrindo as portas das universidades para novos espaços, onde historiadores poderiam atuar junto ao público. A ideia deles era justamente experimentar as novas tecnologias de comunicação e alcançar o público,

contribuindo para a democratização do conhecimento. Mas quando a História Pública encontra a Internet nos anos 2000, essa história deixa de ser feita por profissionais da área e passa a contar com a participação de outras pessoas. Como memória, a história se torna moeda de troca em uma sociedade em que cada vez mais pessoas comentam e discutem sobre vários assuntos, usando argumentos históricos para embasar e justificar juízos sobre situações sociais atuais.

Por trás da boa intenção de democratizar a história, fica a pergunta sobre quem de fato acessa e compreende o que se está veiculando. Segundo o IBGE, 40 milhões de brasileiros não possuem acesso à internet, o que equivale a 21,7% da população<sup>5</sup>. Conseqüentemente, o objetivo não é atingido em plenitude, haja vista que, como bem observa o geógrafo Milton Santos, a democracia só é efetiva à medida que atinge a totalidade do corpo social, isto é, quando os direitos – e neste caso, à acessibilidade – são desfrutados por todos os cidadãos.<sup>6</sup>

Além disso, outros obstáculos dizem respeito à tendenciosa desvalorização dos historiadores, advinda da publicização da história, já que, como expõe Bruno Flávio Lontra Fagundes, “haveria um mal alojado na apresentação pública, disfarçado de falta de cuidado metodológico e história apressada.” Tratar-se-ia de usos suspeitos do passado para fins particulares (e/ou de grupos) para justificar determinadas interpretações, colocando em segundo plano os feitos e as memórias de quem, sob tal perspectiva, foi silenciado e reduzido em sua importância na história.

É válido ressaltar que o intuito da História Pública é justamente o oposto: o de incluir, preservar a memória e encontrar mais documentação sobre aqueles que estão distantes de narrativas oficiais. Seu propósito é -ou deveria ser- perseguir um conhecimento do passado cuja compreensão deve alcançar o debate público, não levando em conta desqualificações, mas discutindo juntamente com quem se prepara para isso. Os historiadores, que levaram tempo para se qualificar, não são donos da verdade, mas, em um cenário em que se deixam de lado interpretações embasadas para reforçar opiniões, é preciso ouvir o que eles têm a dizer.

Pensando na contemporaneidade, torna-se quase impossível deixar de citar a era da agilidade, em que, quando precisamos de informações, buscamos respostas rápidas, curtas e objetivas. Embora, por exemplo, seja possível encontrar uma infinidade de artigos e relatórios acadêmicos que tratem de determinados assuntos, na maioria das vezes optamos por explicações que não passem de uma página, que estejam “mastigadas” e que não provoquem crítica. Esse hábito, porém, contribui para a permanência de silenciamentos, para uma história única, que não confronta narrativas e deixa a reflexão de lado, que apenas repete e aceita.

Como sabemos, é de maneira frequente e seletiva que os algoritmos funcionam: captam o que todos estão lendo e entregam a resposta à busca. Tal cenário tende a nos deixar confortáveis, a ponto de não questionarmos a veracidade das informações, tampouco o seu caráter ideológico. Durante as eleições de 2018, por exemplo, 83,7 % dos eleitores do candidato vencedor acreditavam que as escolas públicas do país implementavam um “kit gay” para a educação de crianças e adolescentes, segundo pesquisa da Folha UOL.<sup>7</sup>

A história é feita de narrativas, mas os fatos não: eles são feitos de pessoas. A História Pública, ao navegar pelos fios das redes, pode influenciar fortemente a

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-04/um-em-cada-cinco-brasileiros-nao-tem-acesso-internet-segundo-ibge?amp>. Acesso em: 02 fev. 2022

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidaniais-mutiladas\\_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf](http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidaniais-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf). Acesso em: 02 fev. 2022

<sup>7</sup> Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/amp/area/pais/pesquisa-mostra-que-84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kit-gay//>. Acesso em 07 fev. 2022

sociedade, e muitas desinformações podem ser denominadas como história desavisadamente. Mais do que apresentar a realidade dessa ou daquela maneira e reclamar para si o caráter de “verdade”, o papel de uma história séria é promover análises reflexivas, sem simplificações, com senso crítico e questionamento.

Le Goff, por exemplo, defende que a memória coletiva, muitas vezes, se torna memória de um grupo. Nos monumentos e nas narrativas estão as marcas de uma história seletiva e que obscurece o protagonismo de muitos, e essa, que silencia, deve ser relativizada. Porque a realidade é feita de conflitos, injustiças e violência, e a memória se pretende reverente e solene. Uma história coletiva, que produz uma memória coletiva, é aquela que traz todos ao palco; que não silencia, dá voz, para ver a complexidade e os desafios de uma sociedade democrática.

### **Contraste de interpretações e a forma como influenciam**

Como é possível existirem diferentes posicionamentos sobre um mesmo fato histórico? Fatos, na narrativa, não são exatamente fatos, mas construções teóricas. A “Ágora digital” não é só um espaço em que se podem fabricar mentiras, mas também, e mais perigosamente, “verdades”. Assim como existem dois – ou mais – lados de um mesmo acontecimento, há também diferentes perspectivas, dependendo do momento histórico e de como e por quem foram construídas. Nosso intuito não é fazer julgamentos, apontando qual é o correto e o incorreto, mas compreender as raízes de tais contrastes e a forma como influenciam a sociedade, avaliando seus argumentos e aprofundando suas fragilidades por detrás das telas.

Pensar nos desafios apresentados apontando nossa atenção para um âmbito social, é pensar nos grupos que compõem as minorias, dar voz aos esquecidos e adentrar os territórios onde há demandas por transformação. Tenha-se em conta que quando dizemos minorias não estamos nos referindo a números, pois a população silenciada é significativamente maior, falamos de minorias pelo fato de que, apesar de contarem com mais vozes, elas ainda não são escutadas.

### **“Gêneros e sexualidades frágeis”**

Analisando, por exemplo, as questões de gênero no Brasil, ainda é possível encontrar manifestações de preconceito entre homens, mulheres e pessoas não-binárias, umas mais discrepantes do que outras, mas todas envolvidas em um processo de enorme repercussão social. Esse fato também tem relação com argumentos e posicionamentos religiosos, o que torna ainda mais delicado o problema.

O lugar reservado à mulher na cultura ocidental de um modo geral foi o de seres cujas qualidades sociais eram a reprodução e a obediência. Em tempos passados, por mais que uma ou outra voz se colocasse contra, era bom e aceitável que as mulheres não fossem ouvidas, que fossem muitas vezes violentadas ou ridicularizadas – tidas como loucas ou feiticeiras – se ousassem tomar os papéis que eram culturalmente reservados aos homens.

Contemporaneamente, a banda Francisco el Hombre cumpriu um papel social importante ao introduzir na canção “Triste, louca ou má” uma discussão acerca das funções atribuídas ao feminino. Pelo título da canção, a história a ser contada é a de

que as mulheres desviantes do padrão esperado são adjetivadas de forma homônima. Desse modo, tal representação é a cicatriz histórica de um determinado período, visto que antes da conquista de direitos civis pelas mulheres, há pouco no mundo ocidental, elas eram limitadas ao espaço do lar. Política e mundo público eram assuntos de homens; liberdade de expressão e sufrágio feminino era algo distante, senão indiscutíveis. E isso não se restringe ao espaço público nem ao corpo feminino, mas ao espaço privado e da intimidade, em que pessoas que exalavam feminilidade estavam ligadas à noção de pecado.

Da mesma maneira, eram rechaçados e violentados os homossexuais, as travestis, prostitutas e todas as formas de gênero e sexualidade que desafiavam a normativa sexista e binária que são estruturas e estruturantes da sociedade. No imaginário coletivo de diversas épocas, essas pessoas estavam distantes da cidadania, vestidas na sua própria identidade. A questão não é o sufrágio, mas o acolhimento social, o respeito e os direitos de se expressar. Foram necessários anos de luta e resistência para que fosse possível assistir mulheres ocuparem cargos de valor social, para que casais homoafetivos pudessem andar de mãos dadas pelas ruas e para que essa minoria, por séculos silenciada, pudesse possuir o direito básico de sobrevivência e participação da história como pessoas, não como aberrações.

Apesar da resistência e da luta para que esse grupo pudesse usufruir de uma cidadania legítima e igualitária, e apesar da conquista de garantias constitucionais e direitos humanos celebrados pela ONU, ainda existe quem não deixa o pensamento retrógrado de lado e permanece estimulando uma postura de intolerância e violência contra as referidas pessoas.

Esse fato contribui, por exemplo, para que a expectativa de vida de transexuais não ultrapasse os 35 anos de idade<sup>8</sup>; para que haja ainda disparidade salarial entre homens e mulheres<sup>9</sup>; para que o Brasil registre uma morte por homofobia a cada 16 horas<sup>10</sup>; e para que notícias como essas apresentadas continuem se tornando cada vez mais comuns. Ou seja, a mentalidade retrógrada, por vezes estimulada no ambiente virtual, é responsável por incentivar o ódio e negar existências, transformando em ainda mais hostil o cotidiano das vítimas recorrentes de tais violências.

A Ágora Digital, por ser reflexo das discussões que permeiam o mundo contemporâneo, pode ser ocupada por pessoas que tenham como objetivo uma maior ampliação desse espaço para debates, como é o caso da advogada criminalista Gabriela Prioli, que atua como apresentadora de TV e comentarista política, tendo uma frequência salutar nesses meios. Em seu canal no Youtube, Gabriela postou um vídeo intitulado “Por que temos que eleger e contratar mais mulheres?”, em que trata sobre aspectos que envolvem a questão da temática de desigualdade de gênero, objetivando apontar, por exemplo, empecilhos ocasionados pelo machismo que está, muitas vezes, oculto para a maior parte das pessoas.

Um empregador sabe que se ele contratar uma mulher, e ela decidir ser mãe, ela vai se ausentar por um período. No entanto, esse mesmo empregador parte do pressuposto de que se ele contratar um homem, e

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2312-a-transfobia-adoece-e-mata-temos-que-nos-comprometer-com-a-vida-diz-conselheiro-de-saude-no-dia-nacional-da-visibilidade-trans>. Acesso em 17 fev. 2022

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/amp/4926384-desigualdade-salarial-entre-generos-ainda-e-um-problema-no-brasil.html>. Acesso em 17 fev. 2022

<sup>10</sup> Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.amp.htm>. Acesso em 17 fev. 2022

esse homem decidir ser pai, vai ter uma mulher cuidando do filho dele. (Prioli, 2021).<sup>11</sup>

A advogada e comentarista aponta em seu vídeo como a sociedade é afetada por esse problema, considerando que mais da metade da população brasileira é composta por mulheres e, ao mesmo tempo, apenas 15% do Congresso Nacional é ocupado por elas. Segundo Prioli, faltam representatividade, investimento, saúde pública e conscientização, sendo essa escassez sanada a partir do momento em que outras mulheres, que enfrentam as mesmas adversidades, passarem a adentrar os espaços de poder. Para além do vídeo, a proposta de trabalho a que se submete Prioli é ampliar espaços para o debate, respeitando diferentes pontos de vista, valorizando os dados e sob o lema “mais razão e menos emoção”.

Em linha contrária, a professora de história Ana Campagnolo, que se diz defensora da vida, da família, da primazia dos pais sobre a educação dos filhos, da livre iniciativa, da propriedade privada e da liberdade diante de supostas ameaças autoritárias e anti-cristãs, em um vídeo em que é entrevistada pela Emissora Jovem Pan, argumenta que as mulheres possuem mais opções que os homens, podendo optar pelo trabalho que exige menos esforço, ainda que o salário seja menor.

As mulheres têm mais opções, e o fato de ter mais opções é um privilégio, não uma opressão. O salário começa a cair quando ela começa a fazer suas escolhas, quando quer casar, ter filhos. (Campagnolo, 2021).<sup>12</sup>

A professora, que é deputada estadual de Santa Catarina, apresenta uma perspectiva contrária à de Prioli. Em relação ao conteúdo de ambas, percebe-se que um vídeo acaba por negar o outro, já que enquanto Gabriela apresenta embasamento em suas falas, detalhando os dados analisados e dispondo de fontes, a deputada Ana utiliza generalizações e casos isolados, que, inclusive, vão contra determinados dados, além de utilizar argumentos bíblicos como material, quando, na realidade, o estado é laico e ela o representa.

A rede CNN aponta que a participação de mulheres no mercado de trabalho é 20% inferior à dos homens<sup>13</sup>, e isso não por desejo delas, mas pela preferência do mercado em contratação masculina, ainda que ambos almejem casar e ter filhos. Defende-se aqui, pois, que não é uma questão de escolha, mas sim de repressão.

Em outro vídeo de Gabriela Prioli, com a temática da lacuna de autoridade entre mulheres e homens, a advogada expõe sua indignação com o fato de que mulheres são cronicamente interrompidas, deslegitimadas e ridicularizadas em nossa sociedade, e mostra como isso nos impacta, recorrendo aos dados do livro “The Authority Gap”, escrito por Mary Ann Sieghart.

Dá pra acreditar que as juízas da suprema corte são quatro vezes mais interrompidas que os colegas homens, e que 96% dessas interrupções são feitas por homens? Dá pra acreditar que quando uma mulher fala mais do que 30% em uma conversa o interlocutor masculino fica

---

<sup>11</sup> Disponível em <https://youtu.be/5okQ9NrAaLc>. Acesso em 28 fev. 2022

<sup>12</sup> Disponível em [https://youtu.be/Ji1O\\_r4dE\\_Y](https://youtu.be/Ji1O_r4dE_Y). Acesso em 28 fev. 2022

<sup>13</sup> Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-20-inferior-a-dos-homens/?amp>. Acesso em 28 fev. 2022

achando que ela monopolizou o diálogo? Dá pra acreditar que quando pais e mães são convidados a estimar o QI de seus filhos eles respondem que o dos meninos seria de uns 115 e das meninas 107? (Gabriela Prioli, 2021).<sup>14</sup>

Em contrapartida, novamente, Ana Campagnolo, em seu vídeo “Feministas conquistaram o voto feminino?”, mostra descrédito ao movimento sufragista, e coloca o sufrágio das mulheres como algo que os homens concederam.

Vamos supor que os homens detestassem as mulheres e quisessem evitar a todo custo que elas se tornassem cidadãs. Como o movimento de algumas centenas, poucas mulheres, iria mudar isso? Elas fizeram alguma coisa além de manifestações e passeatas, além de movimentos simbólicos? Isso é suficiente para garantir o direito que os homens tinham e as mulheres não, caso os homens não quisessem garantir esse direito? E os homens, como conquistaram o direito de votar? (Campagnolo, 2022).<sup>15</sup>

Nota-se, assistindo aos vídeos, que diferentemente de Gabriela, a deputada, mesmo sendo historiadora, não utiliza dados estatísticos, mas trabalha com suposições e opiniões, bombardeando o interlocutor com perguntas soltas e não respondidas, além de diminuir e desqualificar a luta dessas mulheres. Comprova-se, inclusive, o que Gabriela trata no vídeo: a reprodução da ideia de que as mulheres são naturalmente inferiores e incapazes; e, por isso, mesmo com um movimento que durou cem anos, esse grupo social não teria força suficiente para garantir seus direitos. Ana e parte da vertente historiográfica que ela supostamente representa, descredibiliza tal conquista, não por ter sido um movimento sem violência, mas por compor-se de mulheres feministas.

Quando mudamos o foco para a comunidade LGBTQI+, desafios semelhantes são enfrentados, alguns até mais profundos, pois não chegam sequer à esfera do debate. Esse grupo, apesar das demandas, possui intensa dificuldade em fortalecer sua voz, já que a preocupação, na maioria das vezes, está relacionada à sobrevivência e aos direitos básicos, ficando as demais questões como a ocupação de espaços qualificados e a preservação de suas memórias em segundo plano.

### “Cor do pecado”

As questões por detrás da desigualdade racial no Brasil são inúmeras, e todas elas podem ser encontradas em um singelo click. As pesquisas do IBGE mostram que negros, pardos e indígenas ainda são maioria nas esferas da criminalidade, da prostituição, do desemprego e, não surpreendentemente, das vítimas de assassinatos<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Disponível em <https://youtu.be/dQ3IKPFyahQ>. Acesso em 02 mar. 2022

<sup>15</sup> Disponível em <https://youtu.be/rEL6fC8Idlw>. Acesso em 07 mar. 2022

<sup>16</sup> Disponível em <https://temas.folha.uol.com.br/e-agora-brasil-seguranca-publica/criminalidade/homens-negros-e-jovens-sao-os-que-mais-morrem-e-os-que-mais-matam.shtml>. Acesso em 30 mar. 2022

Mas que, ao mesmo tempo, são minorias nas universidades, em cargos de liderança, no acesso à cultura e, até mesmo, à saúde.<sup>17</sup>

Acreditar que todas essas questões são mera coincidência é admitir uma cegueira ética, como descreve o musicista Vladimir Jankélévitch<sup>18</sup>. O atual Presidente da República, por exemplo, é uma das pessoas mais influentes do país, justamente por representar o povo brasileiro. Assim, suas falas influenciam o imaginário coletivo, mesmo as mais perigosas e agressivas. Em um vídeo publicado pelo Estadão na plataforma Youtube, ele trata da temática do racismo, no entanto, aborda o problema de forma a minimizar os danos e, ainda, a importância de se falar sobre o assunto. Se o combate ao racismo fosse realizado perante o silêncio, possivelmente ainda existiriam senhores e escravos.

Como é que você combate o racismo? Não tocando no assunto, não discutindo o assunto. (Jair Messias Bolsonaro, 2017).<sup>19</sup>

A dívida histórica para com essas pessoas vai além da escravidão e da maneira como ela foi abolida. Não se paga com dinheiro a liberdade nem o acolhimento, pois nada disso é capaz de apagar o que aconteceu, de desmanchar as marcas de sangue que escreveram esse momento ou de fazer com que os descendentes desses povos esqueçam o passado. Essa dívida continuará, para sempre, marcada na sociedade, pois a integração social tardia desse grupo ainda é repleta de lacunas.

A fala de um representante de tamanha magnitude, como o Presidente do Brasil, colabora para a permanência de um racismo velado, um preconceito que, apesar de muitas vezes oculto, impacta os dados e as pesquisas, indicando que negros, pardos e indígenas ainda compõem a parcela mais marginalizada da sociedade.

Quando Gilberto Freyre publicou “*Casa Grande & Senzala*”, o livro defendia a ideia de um Brasil miscigenado e belo, em que a ausência de mulheres brancas na colônia forçou a mistura de escravas e homens brancos. Tudo isso, apesar da violência, teria tido um efeito brando, fortalecendo a crença de que, no país, negros e brancos teriam vivido em alguma harmonia. As oportunidades sociais, depois da escravidão, também seriam semelhantes para todos. Isso foi importante para a época porque quebrava uma ideia hegemônica de que a miscigenação era um fator de degeneração e condenava o país ao atraso. Mas ofuscou a desigualdade e o preconceito profundos cultivados desde então. Ao admitir uma espécie de “democracia racial”, Freyre acaba permitindo uma leitura em que não faria sentido, por exemplo, leis que criminalizassem o racismo, porque este não existiria como problema social no Brasil.

Mais tarde, esse mito foi desconstruído, e hoje, apesar de todos os indícios de que a democracia racial não passa de uma imagem idealizada, ainda é uma dificuldade discutir o assunto. Discursos como o do Presidente não contribuem para facilitar o enfrentamento desse desafio.

Prosseguindo dentro dessa temática e da busca sobre discussões do assunto na agora digital, encontramos um episódio do programa “Quem somos nós”, do canal *A Casa do Saber*, em que o historiador Júlio Cesar Vellozo e o professor de Direito

---

<sup>17</sup> Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/homens-e-mulheres-negros-ainda-sao-minoria-em-cargos-de-lideranca-no-brasil/?amp>. Acesso em 30 mar. 2022

<sup>18</sup> Disp.: em <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes.a-cegueira-etica-da-humanidade.331430.amp>. Acesso em 30 mar. 2022

<sup>19</sup> Disponível em <https://youtu.be/DXg8dfynO2s>. Acesso em 11 abr. 2022



Silvio Luiz de Almeida explicam e debatem os estudos de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

O que a gente tá ressaltando aqui é que as ideias dele (Gilberto Freyre) tiveram força e ainda têm força, que essas ideias movimentam ações políticas, elas criam embargos, pessoas morrem por causa disso. (Silvio de Almeida, 2019).<sup>20</sup>

Nesse sentido, Almeida mostra como essas ideias, estando certas ou erradas, influenciam a sociedade e impactam o imaginário coletivo da população. Ainda há quem diga que somos iguais, que não existem privilégios e que todas as desigualdades que enxergamos entre brancos e negros não passam de conquistas meritocráticas. Apesar de provas concretas da inverdade dessas afirmações, o obstáculo em mudar o pensamento dessas pessoas ainda é grande.

Eles demonstram (Florestan Fernandes e Roger Bastide), tristemente, em um relatório, que, na verdade, tudo o que se falava sobre democracia racial no Brasil não era verdade, porque é um país extremamente conflituoso, que trata e destrata muito mal suas minorias, do qual a riqueza é construída em cima da superexploração daqueles que pouco tem, e que ela tem um recorte racial muito preciso. (Silvio de Almeida, 2019).

Justamente pelas respostas encontradas pelos estudos de Florestan, constata-se que há, não apenas características que diferenciam brancos e negros, mas que discriminam e segregam essa parcela da população. O abandono do Estado permanece no que tange à favela, historicamente habitada pelos pobres e ex-escravizados, por isso, a conta não fecha: o Estado aboliu a escravidão, mas não deu oportunidade aos “novos cidadãos” e, no final, expulsou-os dos centros das cidades para confiná-los nos espaços suburbanos e marginalizados, fazendo com que sua ligação à periferia seja naturalizada e quase intransponível. O Estado, contemporaneamente, continua abandonando negros, matando e deixando-os para sobreviver à própria sorte, e **não** disfarça esse descaso dentro de um discurso de “segurança pública” e “guerra ao tráfico”.

Se por um lado é recorrente encontrar corpos pretos em posição de criminalidade, visto o processo de marginalização sofrido, por outro é raro que corpos com as mesmas características estejam em posições privilegiadas de poder, haja vista que “privilégio” e “preto” são termos que não costumam ocupar a mesma frase, senão para negar tal associação.

### **“Desigualdade social não é um problema”**

Dadas todas as questões expostas até o presente momento, é perceptível que uma das maiores marcas do Brasil diz respeito à desigualdade, seja ela racial, de gênero ou de classes. Nessa temática, embora o intuito não seja fazer julgamentos, a partir do momento em que opiniões expressas na prática explorem e inferiorizem

---

<sup>20</sup> Disponível em <https://youtu.be/4SxMmP-aT0M>. Acesso em 15 abr. 2022

grupos, diminuindo suas oportunidades, torna-se impossível não observar o caráter problemático de certas declarações em uma sociedade que deve perseguir e defender valores democráticos.

Sobre o tema da desigualdade, o político, banqueiro, engenheiro e administrador, João Amoêdo, compartilhou em seu perfil do Twitter um pensamento no qual naturaliza a desigualdade como um fator a não ser enfrentado.

O que queremos: combater a pobreza e não necessariamente a desigualdade. Somos, felizmente, diferentes por natureza. O combate à pobreza se faz com o crescimento e com a criação de riqueza, e não com a sua distribuição. (João Amoêdo, 2017).<sup>21</sup>

Dentre os comentários no tweet, o da ex-deputada Manuela d'Ávila foi o de maior repercussão, isso porque tratava-se de um contexto futuro de enfrentamento eleitoral, para além de discordâncias pessoais.

Essa turma do antigo com roupa nova quer transformar a desigualdade social em algo natural. Para eles a escravidão, as capitânicas hereditárias, as benesses da amizade secular com o Estado que dizem combater são “naturais”. Desigualdade social não é natural! (Manuela d'Ávila, 2017).<sup>22</sup>

Podemos notar que as diferenças entre os dois tweets não dizem respeito apenas a ideias que se contrariam, mas também e, principalmente, às maneiras destoantes de dizê-las. As palavras de Amoêdo não acompanham um raciocínio histórico, demonstrando, inclusive, desconhecimento dos conceitos de “Diferença e Desigualdade”, enquanto as de Manuela d'Ávila exemplificam fatos do passado que vão contra tal perspectiva. Com isso, não queremos apontá-la como “dona da razão”, nem como quem possui a ideia correta, mas, certamente, a que problematiza, correlaciona melhor entendimentos das ciências sociais e traz questionamentos, colocando tensão nos fatos.

A escravidão e a forma como essa instituição foi abolida, como já apontamos antes, é outro evento imprescindível para se pensar as disparidades dos estratos sociais, já que as diferenças entre senhores e escravos foram as principais responsáveis por gerar desigualdades, de modo que os escravizados ocupassem posições socioeconômicas inferiores, assim como apresentasse precariedade no que diz respeito ao acesso à saúde, educação, cultura e tudo o mais que hoje consagramos como direitos. Quando a escravidão foi abolida, o Estado não fez por integrar as pessoas agora livres, nem com emprego nem com moradia. O Estado garantiu empregos e condições de vida justamente para os que iam substituir a mão de obra escrava: os imigrantes europeus brancos. Na obra documental “Falas Negras”, produzida pelo ator e diretor Lázaro Ramos, existe uma fala, entre outras, muito importante: “Eu estava livre, mas não havia ninguém para me receber na terra da liberdade”. Essa frase expressa o sentido do que foi dito: Indivíduos nunca integrados à sociedade possuem em seus corpos cicatrizes históricas, que vão de seus ancestrais aos seus descendentes.

---

<sup>21</sup> Disp.: <https://twitter.com/joaomoedonovo/status/940226991315390465?s=21&t=AoehOqdoTKoSHAvkgWw4Q>. Acesso em 02 jun. 2022

<sup>22</sup> Disp.: <https://twitter.com/manueladavila/status/940275405088546817?s=21&t=AoehOqdoTKoSHAvkgWw4Q>. Acesso em 02 jun. 2022

Essa questão, por sinal, é comprovada pela marcante maneira com que a pobreza afeta negros, pardos e indígenas.

Os reflexos desses marcos para a contemporaneidade são evidentes em todos os campos, e, principalmente, nas estatísticas do país. Sob esse viés, falar sobre desigualdade, no Brasil, é falar sobre pobreza e racismo, já que, de acordo com a BBC, os 10% mais ricos detêm quase 60% da renda nacional, enquanto a metade mais pobre possui menos de 1%, sendo que essa pobreza afeta 75% dos negros.<sup>23</sup> A exploração da parcela da população marginalizada não é um desafio que ficou no passado, pois ainda existe escassez de oportunidades, desigualdade acadêmica, cultural e até obstáculos que comprometem a saúde dessas pessoas. Esses fatores, somados, geram uma espécie de efeito dominó, em que cada vez mais problemas sociais são gerados, dificultando e agravando o cenário.

### **Considerações finais**

Entrar na ágora digital é lidar com um universo marcado por singularidades. A internet, como mencionamos, é um espaço ao mesmo tempo perigoso e de oportunidades. Nela, as pessoas podem expor suas opiniões e disseminar juízos influentes; se esconder em falsas identidades e circular desinformações. Não focamos aqui em casos sérios de produção de mentiras, mas de “verdades”. Versões, dada a realidade, que atestam maneiras de pensar e de esquecer elementos importantes da nossa história. Percebemos, após a pesquisa, que, para uma sociedade democrática, é preciso deixar entrar as vozes dissonantes e as tensões. Vemos, pelas falas que analisamos, que haver modos distintos de abordar um assunto não é um mal em si. A problemática está no intuito de silenciar ainda mais aqueles que já foram silenciados, ou defender posições que não estão voltadas para a consagração de valores que devem ser básicos e universais.

O intuito da história pública de sair da academia e ocupar o mundo público e a possibilidade, hoje real, de diversas pessoas entrarem nas discussões sobre as inúmeras questões atuais com plano de fundo histórico, é uma oportunidade e um desafio. Uma grande diversidade de pessoas consome os conteúdos e os assuntos são diversos. A julgar pela visibilidade de vídeos como os de Ana Campagnolo, podemos considerar que diversas pessoas entendem as mulheres como gênero frágil. Da mesma maneira que certas sexualidades podem ser consideradas doenças. Em declarações como é o caso do Presidente, que afirma não existir racismo no Brasil, podemos ponderar que a história da escravidão e da discriminação racial não é conhecida ou, ainda, ignorada pelas pessoas.

É importante o exercício da crítica para evitarmos as opiniões irrefletidas. Nem sempre deixamos nossos preconceitos e muitas vezes os reforçamos, repetindo práticas nas que, no fundo, nós mesmos não acreditamos. Por isso, é importante ter claros os valores inegociáveis de uma democracia e as formas como os diferentes pontos de vista nos afetam, tanto individual quanto coletivamente. As ideias disseminadas às vezes de maneira insuspeita podem carregar desinformação e preconceito. Influenciar em todos os âmbitos a sociedade. Por isso é preciso responsabilidade e cautela, pois, como bem disse Silvio de Almeida, “elas movimentam ações políticas, criam embaraços e matam pessoas”.

---

<sup>23</sup> Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761.amp>. Acesso em 07 jun. 2022

## Bibliografia

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. “O que é, como e por que história pública? algumas considerações sobre indefinições”. VIII Congresso Internacional de História. UNESPAR. p. 3018 – 3026.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional, 1987.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “História Pública: um desafio democrático aos historiadores”. In *Coleção História do Tempo Presente: volume 2 / Tiago Siqueira Reis et al. organizadores.* – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5440936/mod\\_resource/content/1/cap%C3%ADtulo%20HIST%C3%93RIA%20P%C3%9ABLICA%20UM%20DESAFIO%20DE%20MOCR%C3%81TICO%20AOS%20HISTORIADORES%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5440936/mod_resource/content/1/cap%C3%ADtulo%20HIST%C3%93RIA%20P%C3%9ABLICA%20UM%20DESAFIO%20DE%20MOCR%C3%81TICO%20AOS%20HISTORIADORES%20%281%29.pdf).

Recebido para publicação em 30-08-22; aceito em 09-09-22